



VIII CONGRESSO DE PSICOPEDAGOGIA ESCOLAR  
IV ENCONTRO DE PESQUISADORES EM PSICOPEDAGOGIA ESCOLAR  
*O lugar do aprender e do ensinar no contexto da diversidade*

**RESUMO**

**TDAH e a importância dos professores de Ciências/Biologia: frente ao desafio da  
Educação Inclusiva**

Jacqueline de Oliveira Veiga Iglesias, UniFANAP, [jackiglesias@gmail.com](mailto:jackiglesias@gmail.com)  
Carlos Eduardo Candido Pereira, IFG-Goiânia Oeste, [candidounesp@gmail.com](mailto:candidounesp@gmail.com)

Esse trabalho apresenta um estudo sobre como as matrizes curriculares dos cursos de licenciatura em Ciências Biológicas estão inserindo as disciplinas voltadas para o contexto da educação inclusiva. Para isso considera-se o rompimento do contexto tradicional educacional, visto que, o processo de aprendizagem não ocorre somente através de fatores biológicos e genéticos, mas tem que se considerar elementos de uma sociedade cultural e diversa com as diferentes interações sociais, das quais são possíveis compreender e refletir a necessidade da multiplicidade de aspectos importantes para o processo de aprendizagem. Em vista disso, sabendo-se que são vários os fatores dos quais colaboram na promoção da educação inclusiva, o objeto deste estudo é a formação de professores (inicial e continuada) que se insere no contexto apresentado. Diante disto, o objetivo deste trabalho, além de compreender os conceitos e bases legais do TDAH, também tem como objetivo analisar o currículo de formação de professores de Ciências/Biologia de uma universidade pública do Estado de Goiás com perspectiva de buscar compreender se existe proposta de formação de professores que dialogue com a educação inclusiva. A metodologia da pesquisa é a análise documental das matrizes curriculares da mencionada instituição de ensino superior que possuem curso de licenciatura em Ciências Biológicas. Como conclusão, é possível mencionar que o currículo destes cursos não tem colaborado para que a formação do docente possa contemplar de maneira eficaz o atendimento do estudante da Educação Inclusiva na Educação Básica, principalmente no que tange a aspectos relacionados ao Transtorno de Déficit e Atenção e Hiperatividade - TDAH. Por fim, como efeito de proposição sugere-se repensar o currículo dos cursos de formação de professores para mais bem formar o futuro professor que lidará com a Educação Inclusiva na Educação Básica.

**Palavras chave:** Educação inclusiva, Formação de Professores, TDAH.

**Eixo Temático:** Processos de formação de mediadores da aprendizagem escolar: docentes, pedagogos e psicopedagogos.



VIII CONGRESSO DE PSICOPEDAGOGIA ESCOLAR  
IV ENCONTRO DE PESQUISADORES EM PSICOPEDAGOGIA ESCOLAR  
*O lugar do aprender e do ensinar no contexto da diversidade*

**TRABALHO COMPLETO**

**TDAH e a importância dos professores de Ciências/Biologia: frente ao desafio da  
Educação Inclusiva**

Jacqueline de Oliveira Veiga Iglesias, UniFANAP, [jackiglesias@gmail.com](mailto:jackiglesias@gmail.com)  
Carlos Eduardo Candido Pereira, IFG-Goiânia Oeste, [candidounesp@gmail.com](mailto:candidounesp@gmail.com)

**Introdução**

Nas últimas décadas observam-se discussões sobre o perfil da formação do professor, bem como se sua prática em sala de aula é eficaz para atender estudantes regulares e também incluir estudantes com necessidades educacionais especiais ou com deficiência.

Contudo, ao aprofundar os estudos nestes temas sobre a Educação, fica claro que essa não é somente uma preocupação recente, mas teóricos de séculos anteriores como Piaget, Wallon, Vygotsky entre outros, já se preocupavam com a problemática das práticas educativas e procuravam soluções eficazes para o contexto do processo de ensino e aprendizagem.

Neste cenário a Educação Inclusiva busca romper com o contexto tradicional educacional, visto que o processo de aprendizagem não ocorre somente através de fatores biológicos e genéticos, mas tem que considerar que se vive em uma sociedade cultural e que há diversas interações sociais, das quais o micro e o macro são extremamente importantes para o processo de aprendizagem.

Diante deste contexto de ampliar a inserção social das crianças e adolescentes é que se ampliou o acesso de estudantes que frequentavam apenas instituições especiais, para instituições regulares de ensino. Com isso, observam-se ações de rompimento de barreiras e preconceitos, valorizando a diversidade e compreendendo que a educação de qualidade é direito de todos.

Acreditando que são vários os fatores dos quais colaboram na estabilização da Educação Inclusiva, a formação de professores inicial e continuada é elemento preponderante nesta conjuntura. Dado o exposto, o objetivo deste trabalho, além de compreender os conceitos e bases legais do TDAH, também tem como objetivo analisar o currículo de formação de professores de Ciências/Biologia, para compreender se existe mesmo uma proposta de formação de professores que dialogue com a Educação Inclusiva.



**VIII CONGRESSO DE PSICOPEDAGOGIA ESCOLAR**  
**IV ENCONTRO DE PESQUISADORES EM PSICOPEDAGOGIA ESCOLAR**  
*O lugar do aprender e do ensinar no contexto da diversidade*

**Educação inclusiva**

Na condição de compreender o que é Educação Inclusiva, se entende o processo de inclusão dos sujeitos portadores de necessidade especiais ou de distúrbios de aprendizagem na rede regular de ensino em todos os níveis de escolarização, pois a mesma é vista como uma modalidade de ensino.

Nos anos de 1950, no Brasil, surgiram as primeiras políticas públicas direcionadas à inclusão de pessoas com deficiência. Na prática isso culminou na implantação da Associação de Pais e Amigos Excepcionais - APAE (1954). Isso influenciou a formação de profissionais, dos quais passaram a se dedicar às áreas correlatas à deficiência nos anos seguintes.

Em termos de bases legais que regulamentam a inclusão da pessoa com deficiência, é possível mencionar como marco a Resolução 3447 aprovada pela Assembleia Geral da Organização das Nações Unidas em 09/12/75. Este documento trata vários temas, mas em especial o reconhecimento dos direitos. Algumas décadas depois, com destaque nos anos 1990 houve um *boom* de debates em nível internacional a respeito deste público.

No âmbito educacional, o ponto inicial ocorreu com a Conferência Mundial de Educação para Todos realizada em Jomtien, Tailândia (1990). Neste evento, muitos países (dentre eles o Brasil) assinaram um acordo de acolher com mais responsabilidades alguns tipos de estudantes que requerem mais especificidades nos espaços escolares, dentre eles, alunos com deficiências.

Nesta mesma década foi promulgada a Declaração de Salamanca (1994), em um evento promovido pela UNESCO na Espanha, considerado um marco para desenvolvimento de ações para a Educação Especial e Inclusiva em vários países do mundo.

Como destaca Correia (1997, p.51) as crianças e adolescente que necessita da Educação Especial estão divididas em grupos com problemas no âmbito sensorial (os cegos, os surdos e os hipoacústicos); físicos (paralisia cerebral, distrofia muscular); intelectual; dotados e superdotados e mais recentemente os sujeitos com o TDAH.

Nacionalmente, de modo especial, o reflexo dos principais eventos mencionados se efetivou como base legal ou política ao direito da pessoa com deficiência por meio da seguinte linha do tempo: 1996 - Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Brasil, 1996); 1998 - Parâmetros Curriculares Nacionais – PCNS; 1999 - Decreto Federal n.º 3.298/1999 que trata



**VIII CONGRESSO DE PSICOPEDAGOGIA ESCOLAR**  
**IV ENCONTRO DE PESQUISADORES EM PSICOPEDAGOGIA ESCOLAR**  
*O lugar do aprender e do ensinar no contexto da diversidade*

sobre a equiparação de oportunidades (BRASIL, 1999); 2000 - Leis federais de acessibilidade 10.048 e 10.098; 2001: - 1º Plano Nacional de Educação (estamos na terceira edição 2014 a 2024); 2001 - Resolução CNE/CEB 2/2002: Diretrizes Nacionais Para a Educação Especial na Educação Básica; 2002 - Lei Federal n.º 10.432 (LIBRAS como 2º língua); 2004 - Decreto 5.626: obrigatoriedade das LIBRAS em cursos de formação docente; 2005 - Programa Educação Inclusiva Direito à Diversidade; 2008 - Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva; 2008 - Criação do Atendimento Educacional Especializado (alterado em 2011); 2009 - Decreto Federal 6.949: Convenção Internacional Sobre o Direito das Pessoas com Deficiência; 2015 - Lei Brasileira de Inclusão: trata no artigo 27º a Educação (Brasil, 2015); 2015 - Declaração de Incheon: universalização do acesso à educação básica, qualidade e, por último, 2021 – Lei 14.254: dispõe sobre o acompanhamento integral para educandos com dislexia ou Transtorno do Déficit de Atenção com Hiperatividade (TDAH) ou outro transtorno de aprendizagem. Sobre esse último documento referido:

Art. 1º O poder público deve desenvolver e manter programa de acompanhamento integral para educandos com dislexia, Transtorno do Déficit de Atenção com Hiperatividade (TDAH) ou outro transtorno de aprendizagem.

Parágrafo único. O acompanhamento integral previsto no caput deste artigo compreende a identificação precoce do transtorno, o encaminhamento do educando para diagnóstico, o apoio educacional na rede de ensino, bem como o apoio terapêutico especializado na rede de saúde.

Art. 2º As escolas da educação básica das redes pública e privada, com o apoio da família e dos serviços de saúde existentes, devem garantir o cuidado e a proteção ao educando com dislexia, TDAH ou outro transtorno de aprendizagem, com vistas ao seu pleno desenvolvimento físico, mental, moral, espiritual e social, com auxílio das redes de proteção social existentes no território, de natureza governamental ou não governamental.

Art. 4º Necessidades específicas no desenvolvimento do educando serão atendidas pelos profissionais da rede de ensino em parceria com profissionais da rede de saúde.

Art. 5º No âmbito do programa estabelecido no art. 1º desta Lei, os sistemas de ensino devem garantir aos professores da educação básica amplo acesso à informação, inclusive quanto aos encaminhamentos possíveis para atendimento multissetorial, e formação continuada para capacitá-los à identificação precoce dos sinais relacionados aos transtornos de aprendizagem ou ao TDAH, bem como para o atendimento educacional escolar dos educandos. (BRASIL, 2021).

Observa-se nesta lei que o estudante com TDAH deve ser acompanhado integralmente pela escola, bem como é essencial a formação de professores para que os mesmos possam identificar de forma precoce o TDAH e até mesmo outros transtornos.



VIII CONGRESSO DE PSICOPEDAGOGIA ESCOLAR  
IV ENCONTRO DE PESQUISADORES EM PSICOPEDAGOGIA ESCOLAR  
*O lugar do aprender e do ensinar no contexto da diversidade*

**Compreendendo o Transtorno de Déficit de Atenção e Hiperatividade – TDAH**

O Transtorno de Déficit de Atenção e Hiperatividade é um transtorno do desenvolvimento neurobiológico que influencia o comportamento do sujeito. O TDAH é considerado um dos principais problemas crônicos da infância, que se estende para a adolescência e pode chegar à vida adulta. Ele é constantemente associado ao fracasso escolar por comprometer os mecanismos de atenção e memória, elementos necessários à aprendizagem.

Dentre as principais características do TDAH, Rohde e Benczik (1999, p. 132) ressaltam “o conjunto de sintomas e sinais por meio de uma tríade sintomatológica clássica: desatenção, hiperatividade e impulsividade”. Cabe destacar que essas características devem ser manifestadas nos sujeitos em dois ou mais ambientes e por um período de no mínimo seis meses.

Vários estudos apontam algumas predominâncias e variações do TDAH. Atualmente encontra três subtipos na literatura, como destaca Olivier (2018): o primeiro tipo é denominado desatento, quando o sujeito pode ter uma pequena e simples desatenção até uma grande desatenção; o segundo é do tipo hiperativo-impulsivo quando o sujeito apresenta muita agitação e impulsividade em suas ações e o terceiro é do tipo combinado, quando os sintomas de desatenção e hiperatividade-impulsividade estão juntos no mesmo sujeito. Características essas que são descritas e apresentadas no DSM-5 (*American Psychiatric Association*, 2014).

Para além do exposto, o desempenho escolar pode ser comprometido nas crianças com TDAH, associados ou não à hiperatividade, visto que a atenção seletiva, memória e as informações relevantes são condição essencial para que ocorra aprendizagem, especialmente as escolares (Zentall, 2007).

Em estudos como os de Barkley (2008), estudantes com TDAH podem vir a ter probabilidade maior (cerca de duas ou três vezes mais) de fracassar na escola em comparação a crianças sem TDAH ou com inteligência equivalente. Assim, a criança com TDAH tem maior probabilidade de repetência, evasão escolar, baixo rendimento acadêmico e dificuldades emocionais e de relacionamento social (Rohde *et al.*, 1999). Esse é um tópico importante a ser mais bem desenvolvido a seguir.



VIII CONGRESSO DE PSICOPEDAGOGIA ESCOLAR  
IV ENCONTRO DE PESQUISADORES EM PSICOPEDAGOGIA ESCOLAR  
*O lugar do aprender e do ensinar no contexto da diversidade*

### **TDAH e a Escola**

No contexto das aprendizagens escolares, muita atenção é dada às crianças no período de desenvolvimento escolar, uma vez que grande parte das dificuldades surge no início da vida educacional. Nesse período, como os pais acompanham mais de perto os filhos, percebem mais facilmente dificuldades nos processos de alfabetização, desatenção e dispersão durante as realizações das atividades, inquietações motoras e desorganização com os materiais escolares, entre outros fatores.

Tendo a escola hoje seu papel de não ser apenas a mediadora de conhecimento, mas também função de promover a socialização dos estudantes. Como destaca Mantoan (2003):

A escola se entupiu do formalismo da racionalidade e cindiu-se em modalidade de ensino, tipos de serviço, grandes curriculares, burocracia. Uma ruptura de base em sua estrutura organizacional, como propõe a inclusão, é uma saída para que a escola possa fluir, novamente, espalhando sua ação formadora por todos os que dela participam. (Mantoan, 2003, p. 12).

Para isso será necessário um ensino de qualidade e que promova a inclusão. Como destaca DuPaul e Gary (2007), não é raro vermos professores frustrados e com grande sentimento de impotência diante das situações da sala de aula, pois em grande parte não há estudos, planejamento e até mesmo recursos.

Barkley (2008) destaca que para escolher um professor para crianças e adolescentes é necessário observar dois fatores: o conhecimento e a atitude, contudo, poucos professores têm conhecimentos sobre o TDAH, ou até mesmo apresentam uma concepção errada sobre os sintomas e até mesmo o que devem fazer.

No entanto, é possível compreender que muitos professores que estão atuando no presente momento não tiveram formação específica para trabalhar com sujeitos que apresentam qualquer necessidade educacional especial, muito menos com o TDAH. Logo, dadas as particularidades da profissão, também não possuem tempo para fazer uma formação continuada o que deixa a cargo da formação inicial um peso de muita responsabilidade.

### **Educação Inclusiva e a formação de professores de Ciências e Biologia**

O ensino de Ciências e Biologia está em grande parte vinculado ao desenvolvimento científico, do país e do mundo, considerando as relações estabelecidas com o contexto da fauna, flora, genética de populações e outros tantos assuntos curriculares.



**VIII CONGRESSO DE PSICOPEDAGOGIA ESCOLAR**  
**IV ENCONTRO DE PESQUISADORES EM PSICOPEDAGOGIA ESCOLAR**  
*O lugar do aprender e do ensinar no contexto da diversidade*

Quando se pensa em uma proposta curricular de formação de professores, não se leva em consideração apenas os aspectos teóricos, mas também os práticos, principalmente quando está se tratando de Educação Inclusiva. Há intrínseco nisso uma exigência de fundamentação teórica na formação de professores. Todavia, não é difícil identificar por parte de alguns docentes uma rejeição para atuar com estudantes com necessidades educacionais especiais, isso tanto dos professores em formação quanto daqueles já em exercício docente frente às questões teóricas. Como exemplo alguns professores podem apontar que: “não é essencial ter e usar conhecimentos de Psicologia da aprendizagem” (Brincones Calvo *et al.*, 1997), ou até mesmo desconsideram os aspectos sociais, afetivos, motivacionais, entre outros.

Ferreira e Gomes (2011, p. 7) consideram currículos de formação de professores, assim como os currículos escolares, como sendo resultados de “lutas por hegemonização de certos significados sobre 'o quê' ensinar e 'como' fazê-lo na escola e na Universidade”. Assim, os autores, ao investigar os currículos como espaços conflituosos de produção e de reprodução de valores e normas apontam que é fundamental romper com a ideia de conhecimento como algo ‘naturalizado’ ou com formas “essenciais” de ensinar ou aprender. A produção do currículo passa a ser entendida como um processo que regula certas intenções educativas, gerando recursos específicos para a sua implementação. (Goodson, 1997).

Tendo isso em vista, introduzir componentes curriculares do campo da Educação Inclusiva no curso de formação de professores de Ciências e Biologia pode contribuir para a prática docente, rompendo com os aspectos das diversas dificuldades de aprendizagem e relacionamento das quais o estudante com o TDAH pode ter em sala de aula.

### **Metodologia**

Sabendo da importância da inserção de disciplinas que tratam a Educação Inclusiva, com temas em especial a exemplo do TDAH, serão analisadas as matrizes curriculares dos cursos de licenciatura em Ciências Biológicas da Universidade Estadual de Goiás (UEG). Portanto, trata-se de uma pesquisa pautada na análise documental.

O objetivo da análise documental é a representação condensada da informação, para consulta e armazenagem, o da análise de conteúdo, é a manipulação da mensagem (conteúdo e expressão desse conteúdo), para evidenciar os indicadores que permitam inferir sobre uma outra realidade que não a da mensagem (Bardin, 1977, p.46).



**VIII CONGRESSO DE PSICOPEDAGOGIA ESCOLAR**  
**IV ENCONTRO DE PESQUISADORES EM PSICOPEDAGOGIA ESCOLAR**  
*O lugar do aprender e do ensinar no contexto da diversidade*

A fonte de busca dos dados foram os Projetos Políticos Pedagógicos (PPCs) dos cursos na instituição. Com relação à UEG, destaca-se que até 1985, o Estado de Goiás dispunha de três faculdades isoladas, saltando para 28 faculdades em pouco mais de uma década. Como essas faculdades isoladas praticamente não haviam desenvolvido nenhum trabalho em conjunto, pois eram desarticuladas politicamente e com fraco desempenho em suas atividades, houve a junção dessas à UNIANA, por meio de um ato de reforma administrativa pela Lei n. 13.456, de 16/04/99, resultando em uma única instituição (UEG, 1999).

Foi criada no primeiro governo de Marconi Perillo, com sede na cidade de Anápolis, porém com uma estrutura descentralizada. Na atualidade apresenta 41 campi, distribuídos em 39 cidades do Estado com foco na tríade pesquisa, ensino e extensão sob a égide de natureza pública, laica e gratuita.

A UEG é a instituição que oferece o maior número de cursos de licenciatura em Goiás. Por sua ação em todos os cantos do Estado leva conhecimento, em via de sua interiorização, é a universidade que amplia e disponibiliza os cursos de licenciatura à maior parte da população.

**Análise e discussão com base nas matrizes curriculares dos cursos de licenciatura em Ciências Biológicas.**

Os cursos de licenciatura em Ciências Biológicas foram ganhando espaço em diversas cidades no interior do Estado, atualmente distribuídos em seis cidades: Anápolis, Iporá, Itapuranga, Palmeiras de Goiás, Porangatu e Quirinópolis<sup>1</sup>, divididos nos turnos matutino, noturno e integral.

É importante mencionar que esses cursos não surgem de uma única vez, mas que, em vista das condições sociais, históricas e política um ou mais deles foram incorporados das antigas Faculdades de Educação, Ciências e Letras, assim como, outras faculdades e instituições que já surgiram ou mesmo foram extintas no contexto da ampliação da Universidade Estadual de Goiás.

---

<sup>1</sup> Até o ano de 2020 a cidade de Morrinhos também ofertava o curso, contudo, esse foi extinto devido à baixa procura nos vestibulares.



VIII CONGRESSO DE PSICOPEDAGOGIA ESCOLAR  
 IV ENCONTRO DE PESQUISADORES EM PSICOPEDAGOGIA ESCOLAR  
*O lugar do aprender e do ensinar no contexto da diversidade*

O quadro a seguir mostra os campi dos cursos de licenciatura em Ciências Biológicas e as disciplinas que constam na matriz curricular e que são ofertadas aos estudantes e que, por sua vez, podem estar relacionados à Educação Inclusiva.

**Quadro 1** - Oferta das disciplinas relativas a educação inclusiva como componente curricular.

Unidades - Campus	Disciplinas	Núcleo
Anápolis	Educação para a diversidade Psicologia da Educação	Núcleo específico
	Libras	Núcleo modalidade
Iporá	Educação Inclusiva	Núcleo livre
	Psicologia da Educação Libras	Núcleo modalidade
Itapuranga	Educação Especial	Núcleo livre
	Psicologia da Educação Libras	Núcleo modalidades
Palmeiras	Psicologia da Educação Libras	Núcleo modalidades
Porangatu	Psicologia da Educação Libras	Núcleo modalidades
Quirinópolis	Psicologia da Educação Libras	Núcleo modalidades

**Fonte:** Própria dos autores (2023)

Os PCCs analisados neste trabalho foram elaborados entre os anos de 2014 a 2016, contexto da unificação dos cursos, com as especificidades de cada campus. Para se compreender melhor essa relação intrainstitucional é importante compreender cada núcleo mencionado no quadro anterior.

De acordo com a UEG (2014), o Núcleo Específico está direcionado à formação pedagógica docente, tratando-se da área dos conhecimentos diretamente relacionados com o exercício profissional no que se refere ao campo de atuação, ao aluno e ao processo de ensino e aprendizagem e ainda permite formação de um sistema de referência para análise e crítica da realidade. O Núcleo Modalidade abrange disciplinas que todos os alunos dos cursos da



**VIII CONGRESSO DE PSICOPEDAGOGIA ESCOLAR**  
**IV ENCONTRO DE PESQUISADORES EM PSICOPEDAGOGIA ESCOLAR**  
*O lugar do aprender e do ensinar no contexto da diversidade*

modalidade as licenciaturas da UEG devem cursar. O Núcleo Livre diz respeito as disciplinas optativas.

As disciplinas do núcleo livre são ofertas curriculares organizadas para um tempo e espaço específico, sendo também uma forma de diversificação e complementação da formação discente dentro de interesses específicos. O aluno deverá cursar no mínimo de 12 créditos (180 horas) em disciplinas oferecidas pelo Curso de Ciências Biológicas, outros cursos da Universidade ou em outras IESs (UEG, 2015).

Os PPCs dos cursos de Licenciatura em Ciências Biológicas deixam claro que a oferta de disciplinas voltadas para os estudos teóricos e práticos da Educação Inclusiva ainda são incipientes. Nas disciplinas de Estágio Supervisionado para Ciências e Biologia e na disciplina de Prática de Ensino de Ciências e Biologia, consideradas extremamente importantes à formação de professores, na análise das matrizes e as ementas das disciplinas não permite identificar questões relacionadas à Educação Inclusiva. Aliado a isso, as análises não ressaltam se os discentes são ao menos provocados quanto à importância deste assunto para sua formação.

### **Considerações finais**

Por meio deste estudo, pautado na metodologia da revisão bibliográfica pautada na análise das matrizes curriculares dos cursos e as respectivas ementas das disciplinas, as análises mostraram que ficou evidente o quanto é necessário que os cursos de licenciatura em Ciências Biológicas incluam em seus currículos, as disciplinas direcionadas à formação inicial de professores para o conhecimento de aspectos ligados à Educação Inclusiva. Tal fato evidencia, quando, na prática pedagógica, identifica-se docentes relatarem dificuldades em lidarem em sala de aula com estudantes (crianças e adolescentes) que apresentam o TDAH.

Não se pode de indagar as questões relacionadas a formação inicial de professores, quando os mesmos não apresentam uma formação que os prepare para atuar com os estudantes com necessidades educacionais fica evidente que a prática docente fica ainda mais difícil.

Promover a oportunidade de disciplina direcionadas à Educação Inclusiva, poderá oportunizar os professores promover um ensino mais voltado para a necessidade destes estudantes, bem como, poderá promover segurança diante das diversas demandas em sala de aula.



VIII CONGRESSO DE PSICOPEDAGOGIA ESCOLAR  
IV ENCONTRO DE PESQUISADORES EM PSICOPEDAGOGIA ESCOLAR  
*O lugar do aprender e do ensinar no contexto da diversidade*

Desta forma, é possível concluir que o currículo de licenciatura em Ciências Biológicas da maior universidade do Estado de Goiás não tem colaborado para que o futuro docente possa atuar de forma eficiente com o estudante de Educação Inclusiva, nem tão pouco com o portador de TDAH. Dado o exposto, propõe-se a esta instituição repensar o currículo nos cursos de formação em licenciatura dos cursos de Ciências Biológicas.

### Referências

AMERICAN PSYCHIATRIC ASSOCIATION (APA). **Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais: DSM-5**. 5. ed. Porto Alegre: Artmed, 2014.

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 1977.

\_\_\_\_\_. **Leis e Decretos**. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Brasília, DO 23/12/1996. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/19394.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19394.htm). Acesso em: 08. Out.2023.

\_\_\_\_\_. **Leis e Decretos**. Decreto nº 3.298, de 20 de dezembro de 1999. Regulamenta a Lei no 7.853, de 24 de outubro de 1989, dispõe sobre a Política Nacional para a Integração da Pessoa Portadora de Deficiência, consolida as normas de proteção, e dá outras providências. DOU 21/12/1999. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto/d3298.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/d3298.htm). Acesso em: 08. Out.2023.

\_\_\_\_\_. **Leis e Decretos**. Lei Federal nº 13.146, de 02 de julho de 2015. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). DOU 26/06/2014. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/ato2015-2018/2015/Lei/L13146.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2015-2018/2015/Lei/L13146.htm). Acesso em: 06. out.2023.

\_\_\_\_\_. **Leis e Decretos**. Lei Nº 14.254, de 30 de novembro de 2021. Dispõe sobre o acompanhamento integral para educandos com dislexia ou Transtorno do Déficit de Atenção com Hiperatividade (TDAH) ou outro transtorno de aprendizagem. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/ato20192022/2021/lei/L14254.htm#:~:text=LEI%20N%C2%BA%2014.254%2C%20DE%2030,ou%20outro%20transtorno%20de%20aprendizagem](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato20192022/2021/lei/L14254.htm#:~:text=LEI%20N%C2%BA%2014.254%2C%20DE%2030,ou%20outro%20transtorno%20de%20aprendizagem). Acesso em: 25. jul.2023

BARKLEY, R. **Transtorno de déficit de atenção/hiperatividade** (3. ed.). Porto Alegre, RS: Artmed, 2008.



VIII CONGRESSO DE PSICOPEDAGOGIA ESCOLAR  
IV ENCONTRO DE PESQUISADORES EM PSICOPEDAGOGIA ESCOLAR  
*O lugar do aprender e do ensinar no contexto da diversidade*

BRINCONES CALVO, Isabel; NIEDA, Juana; OTERO, J. Identificación de comportamientos deseables del profesorado de ciencias experimentales del bachillerato: opiniones de profesores y alumnos. In: **Enseñanza de las ciencias: revista de investigación y experiencias didácticas**, 1987, pp. 22-22. Disponível em: <<https://raco.cat/index.php/Ensenanza/article/view/52008>>. Acesso em: 06. out.2023.

CORREIA, Luis de Miranda.. Alunos com Necessidades Educativas Especiais na Classe Regular. Porto: Porto Editora, 1997

DUPAUL, George J.; STONER, Gary. **TDAH nas escolas**. São Paulo: Mbooks, 2007.

FERREIRA, Márcia Serra; GOMES, Maria Margarida Sentidos de conhecimento em disciplinas escolares e acadêmicas: diálogos do ensino de Biologia com o campo do Currículo. **Revista SBEnBIO** – Associação Brasileira do Ensino de Biologia, n. 4 – Campinas, 2011, pp. 7-12. Disponível em: < [https://sbenbio.org.br/wp-content/uploads/2013/08/revista\\_sbenbio\\_n4.pdf](https://sbenbio.org.br/wp-content/uploads/2013/08/revista_sbenbio_n4.pdf)>. Acesso em: 06. out.2023.

GOODSON, Ivor. F. **Qual currículo**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1999.

OLIVER, Lou de. **Distúrbios de aprendizagem e de comportamento**. Rio de Janeiro: Wak Editora, 2018.

MANTOAN, Maria Teresa Eglér. **Inclusão escolar: O que é? Por quê? Como fazer?** São Paulo: Summus, 2013.

ROHDE, Luis. Augusto. P.; BENCZINK, Edylene. B. P. **Transtorno de Déficit de Atenção/Hiperatividade: O que é? Como ajudar?** Porto Alegre, Artmed, 1999.

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE GOIÁS. **Plano de Desenvolvimento Institucional 1999-2002**. Anápolis, 1999.

\_\_\_\_\_. Projeto Pedagógico Do Curso De Ciências Biológicas - Modalidade Licenciatura, Anápolis, 2015.

ZENTALL, Sydney. S. Math performance of students with ADHD: Cognitive and behavioral contributors and interventions. In D. B. Berch & M. M. M. Mazzocco. **Why is math so hard for some children?** Baltimore, MD: Brookes, pp. 219-243. 2007.